



## II SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: entre a teoria e a prática, articulações e resistências

3 a 5 de Julho de 2017, Salvador - BA

Eixo 3: Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade

### O MODO DE SER CAMPONÊS NA EXPRESSÃO DAS METAMORFOSES DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

Bruno Andrade Ribeiro  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
Integrante do Programa de Educação Tutorial (PET)  
[ribeiro.pensador@gmail.com](mailto:ribeiro.pensador@gmail.com)

#### Resumo

A presente pesquisa analisa as transformações no mundo do trabalho a partir do século XXI e seus rebatimentos no campo, e em seu principal sujeito social, o camponês. Parte-se do princípio de que, o aumento da informalização em áreas rurais, na maioria das vezes, caracterizada pela precarização de formas trabalhistas, implica em reordenamentos territoriais, que torna o homem do campo um sujeito andarilho, supérfluo, subcontratado e terceirizado. Desse modo, a soberania alimentar e a autonomia dos camponeses são sucumbidas, em uma expansão crescente do uso de venenos, controle de preços pelo mercado e relações de poder que produzem desigualdades socioeconômicas, marcas de uma tendência mundial de barbárie social, no desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital. Ao mesmo tempo, a mobilidade dirigida pela lógica capitalista, fomentadora de formas de resistência e luta, aparece também como a estratégia de permanência no campo.

**Palavras-chave:** campesinato, informalidade, metamorfoses do trabalho

#### INTRODUÇÃO

O artigo em questão corresponde a um fragmento da pesquisa sobre Trabalho no Agreste central sergipano, desenvolvida junto ao Programa de Educação Tutorial de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. A proposta em tela apresenta o debate sobre as recentes transformações do mundo do trabalho no campo, tendo como enfoque as metamorfoses do/no ato laboral e a desestabilização do modo de viver do camponês; agora, sujeito à precarização e

à informalidade. Um processo de espacialização do modo capitalista de produção, que, em relação ao presente escrito, possibilitou observações prévias, contribuindo para a formulação de algumas hipóteses sobre questões e implicações no espaço geográfico, tais como: o que faz o trabalhador do campo se deslocar para a cidade em busca de empregos informais; quais os reordenamentos que emergem nos povoados e sítios observados; o sentido atribuído ao que é ser camponês tem sofrido variações no tempo e no espaço.

A análise tem como recorte espacial os municípios de Campo do Brito e São Domingos, dois dos principais produtores de farinha de mandioca no estado de Sergipe<sup>1</sup>. De acordo com Kolming (2005), esse cultivo estabelece o camponês em seu *lôcus* de relações sociais: o espaço agrário; porém, o que se presencia a partir dos anos 2010 é a expansão cada vez maior do capital no campo, monopolizando e territorializando-se também sobre essa cultura; na maioria das vezes, única fonte de subsistência de inúmeros homens e mulheres. Aquele que cultiva a mandioca e produz a farinha passa à condição de ‘andarilhos’ e ‘sujeitos supérfluos’ na trilha do capital, transformando-se em motoboys, em empregadas domésticas, trabalhadores autônomos, por conta própria, subcontratados, terceirizados, bicheiros, que fazem ‘bicos’ ou feirantes; em suma, marcas da perda da autonomia e da cada vez menor capacidade que a terra tem em extrair uma renda que os sustente de forma segura e soberana.

Nessa esteira se observa que a tríade Estado-Capital-Trabalho impõe a reestruturação produtiva vigente no mundo desde a crise da década de 1970, e mais especificamente no Brasil, nos anos 1990 (ALVES, 2012; ANTUNES, 2015).

O trabalho, por sua vez, se constitui essencial na realização do homem, através dele o homem distancia-se dos outros animais. Essa condição diferenciada não anula a sua condição de ser natureza, mas o torna humano. Quer dizer, é o labor em seu sentido concreto que difere o homem dos demais animais (ALVES, 2012). Porém, no capitalismo contemporâneo, no contexto da reestruturação produtiva, o que se assiste é um processo de precarização do trabalho em todos os âmbitos, econômico, físico, mental, emocional, etc. (DAL ROSSO, 2008; TAVARES, 2004; THOMAZ JUNIOR, 2004). E o campo não se encontra desconexo dessa dinâmica: ele se inscreve no quadro atual das relações capitalistas em que a agricultura comercial é privilegiada em detrimento da agricultura camponesa. A estratégia capitalista pela via do Estado, de não atendimento de demandas essenciais da agricultura camponesa, associada à força desse ente fortalecendo o agronegócio, esvazia o campo, tanto em seu sentido de local onde se afirmam relações sociais coletivas e humanas, quanto em dados demográficos. A

---

<sup>1</sup> De acordo com o último Censo Agropecuário, em 2006, no município de Campo do Brito, a lavoura temporária de mandioca somou 7.700 toneladas; no município de São Domingos foram 10.205 toneladas, ano de 2014.

mobilidade do trabalho é o dado que não cessou desde os anos 1960 e as novas gerações nas áreas de mandiocultura no estado de Sergipe vão sendo incentivadas a buscarem empregos informais nas áreas urbanas, não conseguem enxergar oportunidades no trabalho camponês; em alguns casos, tornam-se ‘jovens andarilhos no curto ciclo do capital’ (CONCEIÇÃO, 2007).

## **OBJETIVOS**

A proposta que segue objetiva desvelar as recentes transformações do mundo do trabalho no campo, atentando para o aumento dos casos de trabalhos informais; bem como, compreender o processo que pode culminar na desrealização do modo de ser camponês, através das tentativas de coerção da força de trabalho rural, incentivada e obrigada a mobilizar-se para onde o capital se territorializa e pode, ainda que de modo precário, absorve-la.

## **METODOLOGIA**

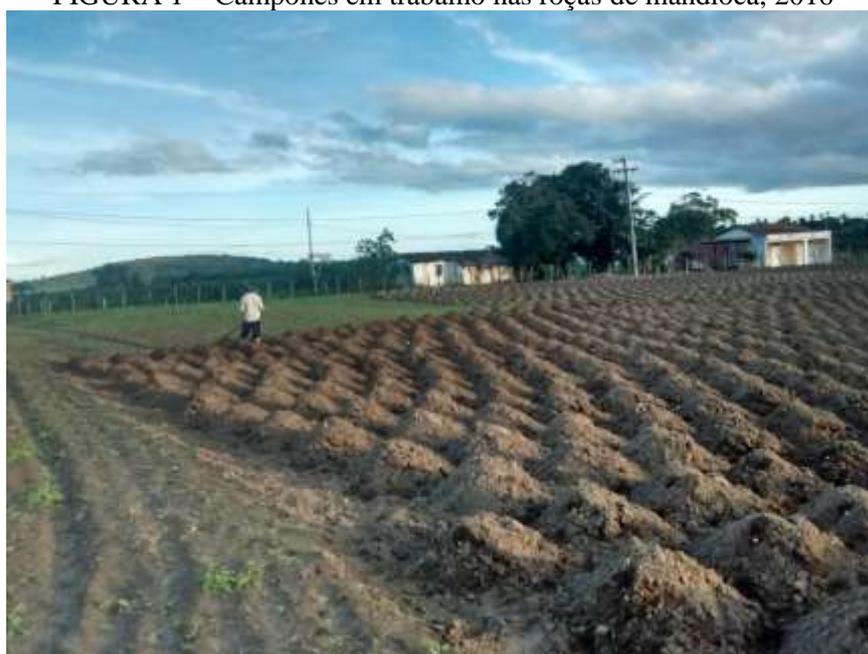
Para a fundamentação do trabalho foram realizadas leituras de referências sobre o mundo do trabalho e as recentes metamorfoses vinculadas a uma exploração cada vez maior do trabalhador; além de trabalhos de campo para povoados dos municípios de Campo do Brito e São Domingos, em prol do mapeamento de relatos dos camponeses sobre as transformações em seus modos de ser e de (re) produzir.

## **RESULTADOS PRELIMINARES: METAMORFOSES DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NO CAMPO**

O mapeamento de relatos de camponeses residentes nas áreas rurais dos municípios de Campo do Brito e São Domingos, no Agreste Central Sergipano, revelou algumas considerações sobre a produção de mandioca e as mudanças ocorridas no processo de fabricação, organização do trabalho e comercialização do produto final. De acordo com a Sra. J. dos S., o plantio continuou o mesmo desde as décadas de 1950 até a atualidade, com a abertura de covas, as práticas de semear e plantar manibas (caules cortados de árvores de mandioca adultas), exceto pelo processo de aragem, através de tratores pagos pelos camponeses, que continuam presentes nas demais etapas de preparo da terra; contudo, fomentando relações de dependência dos proprietários de minifúndios para com os donos de tratores.

As visitas às comunidades e as entrevistas permitiram visualizar e compreender que há um processo de alteração tecnológica em curso: a enxada é substituída pelas tecnologias e venenos, só sendo necessária durante a abertura de covas; que, cada vez mais, tem sido feita por trabalhadores especializados nesse ofício. O camponês, dono da terra, paga a quantia determinada pelo ‘abridor’ (que é o trabalhador que realiza a atividade de abrir covas e plantar caules de mandioca), que não varia entre trinta a cinquenta reais por dia de trabalho, segundo o Senhor J. R.

FIGURA 1 – Camponês em trabalho nas roças de mandioca, 2016



Fonte: autoria própria, 2016

O mesmo entrevistado também ressaltou que são necessárias duas aragens para o preparo do solo. Uma primeira durante o verão, para a retirada de todo e qualquer tipo de espécie vegetal de pequeno porte; e, uma segunda no inverno, com o solo mais úmido e rico em húmus. A utilização de agrotóxicos é feita ao longo de todo o processo de crescimento da árvore de mandioca; sendo utilizados os conhecidos venenos para formigas; bem como, herbicidas altamente prejudiciais à saúde humana, como o glifosato, produzido pela Monsanto e manuseado de modo errôneo pelos camponeses, sem proteção e cuidados higiênicos. Esses agrotóxicos influenciam o crescimento e a qualidade das raízes, pois quando colocados em quantidades acentuadas, apodrecem os tubérculos; além de serem comprovadamente responsáveis pelo aumento de doenças cancerígenas entre os camponeses. Os animais domésticos, os insetos (lagartas, borboletas, libélulas), as aves e algumas espécies de mamíferos

também são afetados diretamente pelos venenos. As lagartas e borboletas têm apresentado uma tendência a se alojarem nas moradias antrópicas, com casulos espalhados por telhados, mobílias e paredes. As aves e mamíferos afugentam-se em áreas arborizadas nas proximidades das serras da Miaba e dos Montes, nos municípios de Campo do Brito e São Domingos; não por acaso avistam-se animais mortos ao longo de estradas e rodovias, atropelados durante as travessias.

A posse da mercadoria determina as relações de poder existentes entre esses dois sujeitos: farinheiros e caminhoneiros. Ambos ligados aos ditames do capital, pois o valor da mercadoria é determinado pela demanda do mercado consumidor; desse modo, o lucro é variável. Além disso, o caminhoneiro, enquanto ser social, também se encontra determinado por relações de trabalho precárias, sem proteção e marcadas por acidentes e mortes. O que une os produtores de farinha e os caminhoneiros é justamente a precarização e as formas de resistência que emergem em seus contatos. Em alguns poucos casos, os caminhoneiros também são proprietários de casas de farinha, o que caracteriza a presença de relações de trabalho assalariadas, o contrato por dia de serviço e/ou por produção, à produção burguesa de extração de mais-valia: a força de trabalho familiar é acrescida de trabalhadores assalariados, subcontratados para atender a demanda temporária da safra, sem qualquer direito trabalhista ou segurança do trabalho. Esses trabalhadores são responsáveis por distintas etapas da fabricação da farinha, a raspagem da mandioca, a secagem da massa, etc. O lucro é repartido em capital variável e disponibilizado para a manutenção das famílias, cujo poder de compra não costuma ser alto nessas comunidades. Alguns proprietários ou caminhoneiros que fazem a distribuição da farinha conseguem comprar cabeças de gado, automóveis e até aquisição de bens. Contudo, a figura do burguês continua ausente, pois seja o proprietário ou o caminhoneiro e suas famílias estão inseridos na lógica de exploração do trabalho, já que sobrevivem da atividade diária como trabalhadores.

Para a Senhora G. A. a farinha não consegue mais oferecer renda para o trabalhador do campo, sendo que, o que a mantém enquanto atividade agrícola é a raspa, destinada para o consumo bovino. A casa de farinha, a malhada (minifúndio) e o curral de gado configuram-se em formas espaciais integradas nos povoados Gameleira, Cercado e Pilambe, em Campo do Brito, e Tapera, no município de São Domingos; o gado agrega lucro ao rendimento camponês, enquanto a malhada ainda mantém a força simbólica de constituir-se em bem geracional, sujeito à construção de casas para os filhos e netos do camponês e/ou potencial fonte de subsistência para o plantio de milho, amendoim e feijão, plantados juntamente com a mandioca nas épocas de chuvas constantes e destinados para o consumo próprio. Neste contexto, a malhada ou roça aparece como a expressão da resistência das famílias camponesas que buscam a soberania

alimentar<sup>2</sup> persiste enquanto instrumento de resistência ao discurso do agronegócio, que dissolve tais relações sociais baseadas na coletividade humana.

A maior parte das casas de farinha visualizadas nos povoados pesquisados são equipadas com fornos, prensas, trituradores, peneiras e cevadeiras elétricas; uma dinâmica recente, segundo a Senhora J. S., pois em décadas passadas, esses locais não dispunham de nenhuma tecnologia avançada; as raízes eram trituradas em ‘rodetes’ manuais, a prensa era de madeira, enxugando-se a mandioca com folhas de pindoba e o forno era artesanal, com a presença da força de trabalho humana em todos os estágios da produção. O trabalho humano continua presente nas casas de farinha, pois a extração de mais-valia só se faz possível através da exploração de força de trabalho (ALVES, 2012). Além dos já denominados farinheiros, compõem a dinâmica trabalhista da casa de farinha, os raspadores de mandioca (mulheres, em sua maioria), os preenseiros e os forneiros (homens, em sua maioria). Em locais em que se presencia uma organização do trabalho mais complexa, a divisão também inclui os peneiradores e os raladores de mandioca. Estes trabalhadores assalariados são resultantes da ressignificação do trabalho concreto camponês em trabalho abstrato, estranhado; a força humana torna-se mercadoria, paga através de um salário, que no caso desses trabalhadores valem menos de trezentos reais mensais.

A presença de equipamentos que reduzem a demanda por trabalho manual, tanto quanto os baixos salários, associados à falta de terra para a força de trabalho disponível no espaço rural e ainda a presença de um Estado que nega uma política pública que realmente promova a autonomia e permanência na terra, promovem a mobilidade do trabalho. Os camponeses que não conseguem mudar-se para a cidade, tornam-se ambulantes, trabalhadores informais em feiras e comércios locais; por vezes, abandonam seus modos de vida, perdendo o sentido de ser camponês, enquanto ser social (STEDILE, 2011). A paisagem materializa esse reordenamento territorial: casas abandonadas, vendas de terras, terras sendo adquiridas para chácaras, sítios e fazendas de fins-de-semana.

---

<sup>2</sup> Para o entendimento sobre a discussão de Segurança e Soberania Alimentar, recomenda-se a leitura de Campi; Oliveira; Vendramini (2012). Além disso, muitos eventos vinculados ao campo de estudo da Geografia têm oferecido contribuições imprescindíveis para o diálogo entre os mais distintos sujeitos sobre tais conceitos, a citar o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA).

FIGURA 2 – Casa abandonada no Povoado Gameleira, Campo do Brito, Sergipe, 2016



Fonte: autoria própria, 2016

Ademais, para aqueles territorializados e que sobrevivem da renda extraída da terra, o Estado passa a legitimar a ação do mercado enquanto mediador de acordos de livre comércio, investimentos de instituições multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas) e políticas públicas, que objetivam o espraiamento do crédito, como expressão do caráter sociometabólico e predatório do capital.

Todavia, enquanto o camponês é expropriado, o Estado apresenta as proposições de ‘desenvolvimento local’, como alternativa para que o campo se inscreva na lógica financeira. É por meio do crédito que o campesinato se tornará sujeito do capital, á medida que se modernizará e produzirá para o mercado. Ao mesmo tempo, respondendo à demanda de circulação e reprodução do capital financeiro, fomentando taxas de lucro por meio da tomada de empréstimos aos bancos.

Sobre esse aspecto, Lisboa; Conceição (2007) mostram como o discurso de desenvolvimento local responde a essa dimensão de forma atrativa e concernente à lógica de acumulação que se apresenta. Para as autoras: “a dimensão local traz o caráter dinâmico do território, sustentada na ideia da potencialidade dos lugares, que se tornam interessantes,

atrativos e úteis ao movimento do capital (LISBOA; CONCEIÇÃO, 2007, p. 116). Para os produtores de farinha de mandioca, o Estado concede crédito rural e incentiva a constituição do cooperativismo; ambos aparecendo como instrumentos de coerção ao endividamento e à extração da renda da terra e exploração do trabalho camponês.

Quando indagados sobre o crédito rural, os Senhores J.R e G.A. foram unânimes em relatar a importância que o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) possui enquanto possibilidade de complementar a renda no campo. Segundo os entrevistados, com o empréstimo, o camponês consegue comprar equipamentos necessários à atividade na lavoura, como carrinhos de mão, enxadas e adubos; bem como, servir pagar a de força de trabalho empregada para o preparo do terreno, a abertura de covas e a limpeza das malhadas. Além disso, o dinheiro concedido pelo Estado é utilizado para o pagamento de dívidas, benfeitorias nas casas e compra de bens duráveis e não-duráveis, tornando-se uma fonte de assistência para o camponês.

O Estado, que após a crise de 1973 se encontra a serviço do mercado e da 'globalização', incentivando a ação de multinacionais do Centro capitalista sobre o campo brasileiro, na perduração de nossas veias abertas (GALEANO, 1978); ao mesmo tempo cria o falso discurso de mediador em prol do desenvolvimento local, concedendo crédito para que o camponês possa modernizar-se e adaptar-se ao novo contexto global. O que se nota, é que o Estado assegura a extração da renda da terra pelo endividamento do camponês. Uma vez endividado, o camponês repassa a renda do seu trabalho em forma de juros dos empréstimos tomados, e, desse modo, a perduração de relações eminentemente capitalistas. Ou seja, as políticas de crédito, são orientadas por organismos multilaterais e coordenadas pelo Estado, ao tempo que servem aos camponeses pobres como um fôlego, já que não conseguem se reproduzir nas suas pequenas propriedades e nas condições de venda do produto agrícola, cujos preços não pagam, muitas vezes os custos do trabalho, elas endividam o homem do campo drenando a renda da terra para os lucros dos investidores.

Como rebatimento do que foi exposto até aqui, a saída tem sido, de um lado, a mobilidade do trabalho, de outro as resistências. Em relação às formas encontradas pelo trabalhador do campo, eles buscam na cidade estratégias de reprodução social, inclusive como forma de permanecerem camponeses. As migrações sazonal e pendular são referências a isso; o camponês E. S., por exemplo, inserido na parcela jovem da população brasileira, se apresenta enquanto andarilho, disponível para o trabalho sucroalcooleiro nas usinas paulistas, em curtos períodos do ano, retornando para o Nordeste quando dispensado; sua condição de camponês é resistida através dos retornos sazonais, acumulando parcelas modernas de capital e bens para o

sustento no campo, e sujeitando-se aos mais degradantes serviços para a sobrevivência: cargas horárias extenuantes, salários baixos, condições péssimas de moradia, pouco ou nenhum acesso aos direitos trabalhistas. Ao lado desses ‘jovens andarilhos’, encontram-se os trabalhadores que se deslocam do campo diariamente para as áreas urbanas, em busca de fontes de sustento; são os chamados pendulares, que habitam o campo nos horários de descanso e fins-de-semana, e se valem da força de trabalho para serviços informalizados e/ou precários; são os feirantes, os que fazem jogos de sorte/azar, moto-táxis, vendedores ambulantes, os jovens que trabalham em supermercados, lojas de roupas e serviços em geral, redes de *fast-food*, cabelereiros, manicures e uma ampla e heterogênea classe-que-vive-do-trabalho. A camponesa G.A., por exemplo, planta, colhe e raspa a mandioca; mas também em dias de quartas-feiras, sábados e domingos comercializa frangos abatidos, em sua própria residência e na feira municipal do município de São Domingos, configurando-se na principal fonte de extração de renda, sem a perda de sua condição de ser social camponês.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A empreitada de descortinar as novas estratégias de espacialização do capital no campo não cessa por aqui; pelo contrário, incentiva-se que outras leituras também sejam realizadas, pois a tarefa é árdua e incessante, ultrapassando o simplório discurso de que ‘as coisas devem ser deixadas como estão’. Enxergar além da aparência se configura em um ato de resistência, a uma descolonização do pensamento, comparável a atos de militância nas ruas.

O texto, antes mesmo de sua elaboração, através de um ato teleológico/prévia-ideação, se pretendeu diverso, no sentido de não se centrar em apenas uma questão ou contradição intrínseca a já exaustivamente trabalhada temática da produção de farinha de mandioca. De propósito, incluíram-se inúmeros temas: mecanização, perda de autonomia, crédito rural, mobilidade, informalidade e precariedade do trabalho no campo; alguns, revisados de forma constante nos cursos de pós-graduação e nos engajados autores da Geografia Agrária; outros, ainda sendo pontuados, em áreas como a Sociologia e a Economia. Essa escolha metodológica para leitura da realidade nos mostrou uma tendência a sujeição de camponeses em atividades informais: trabalho por conta própria, ‘bicos’, subcontratação, terceirização, após a reestruturação produtiva do capital e as mudanças no campo. Os deslocamentos pendulares e sazonais para áreas urbanas, reconfigurando a relação campo-cidade; o gradual desaparecimento de práticas de manejo do solo, saberes sobre a lavoura e modos de ser e (re) produzir o campo e o camponês, tornando-as memórias para os habitantes mais longínquos,

‘rugosidades’ de uma mentalidade sobre o espaço, sobretudo, para aqueles que acabam se territorializando nos centros urbanos. As perspectivas são obscuras: fim do campo enquanto lócus de resistência e de hábitos que vão na contramão das relações capitalistas de produção, que buscam o lucro acima de tudo?; as possibilidades de análise também. A busca pela verdade se faz contínua, ou, nas palavras de um mestre latino-americano: “há aqueles que creem que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha, como um desafio candente, sobre a consciência dos homens” (GALEANO, 1978, p. 281). Nesse ponto, convém descortinar formas de resistência dos trabalhadores nas áreas de mandiocultura nos municípios pesquisados.

Se observa que a prática do mutirão, para ‘fazer a farinha’, ainda perdura na realidade das comunidades. As famílias se somam para fazer a farinha para uma e outra. Com essa metodologia, elas reduzem os custos de produção e ganham no momento da venda, já que não precisam pagar para o desenvolvimento do trabalho nas casas de farinha. Há ainda formas de barateamento da produção no trato com a terra. O trator é o da associação do povoado. Os preços pagos para fazer a terra ou arar a terra são menores e os associados são responsáveis pelo custo do óleo e manutenção do trator nos dias de trabalho nas suas malhadas.

Outro aspecto relevante é a presença de organizações políticas no campo. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) está organizando trabalhadores desses municípios desde a década de 1990, quando muitos começaram a se reunir para conquista de terra de trabalho na área, já que muitas fazendas de gado concentram terras e impedem o acesso de inúmeros camponeses. Esse quadro expõe a centralidade da terra para o desenvolvimento rural brasileiro e como as famílias camponesas compreendem o sentido da terra de trabalho para sua reprodução social, mostrando que, embora o capital se movimente expropriando, extraindo renda e explorando trabalho, o camponês resiste mostrando a necessidade de luta pelo caráter social da terra.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaio de Sociologia do Trabalho. 2 ed. Londrina: Práxis, 2007. 288p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus Ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

CAMPI, M. A.; OLIVEIRA, J. C. de O. e VENDRAMINI, A. L. do A. Segurança Alimentar: Conceito, Parâmetros e Histórias. In: CONGRESSO INTERNACIONAL

INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói. **Anais eletrônicos**. Niterói: PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.aninter.com.br/> Acesso em 01 de jul. 2016.

IBGE. **Censo agropecuário**: resultados preliminares. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf). Acesso em: 10 mai. 2017.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável. In: **Revista Euforia**. Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas, UFSC, ano 2, v. 2, n. 2, Florianópolis, pp. 79-91, dez. 2004.

CONCEIÇÃO. Alexandrina Luz. Jovens andarilhos do ciclo do capital. In: **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.1, n.1, pp. 77-100, 2007.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 223-307.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

KOLMING, Fernanda Virgínia. Camponês: **Um velho/novo sujeito nos tempos da Globalização!** Dissertação de mestrado defendida no NPGeo/UFS, São Cristóvão, 2005

LISBOA, Josefa de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital. **Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 23, v. 2, n. 29, pp. 115-132, ago./dez. 2007.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização. São Paulo: Cortez, 2004

THOMAZ JUNIOR, Antônio. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista GeoSul**, Florianópolis, v. 19, n. 37, p 7-26, jan. /jun. 2004.